



Economia gaúcha dependente da agropecuária

De acordo com os últimos dados comparáveis de 2009 divulgados pela FEE e pelo IBGE, o setor agropecuário do Rio Grande do Sul é o segundo mais importante do País, contribuindo com 11,8% da agropecuária nacional. Internamente, o setor participa com 9,9% do Valor Adicionado Bruto (VAB) estadual. Esse percentual é maior que a média brasileira (5,6%) e maior que o peso desse setor nos estados de maior PIB do País — São Paulo (1,6%), Rio de Janeiro (0,5%), Minas Gerais (9,0%), Paraná (7,7%), Bahia (7,7%) e Santa Catarina (8,2%).

Numa perspectiva sistêmica, entretanto, a influência do Setor Primário do Rio Grande do Sul no produto total expande-se além dos 9,9%. O chamado complexo agroindustrial, que tem a agropecuária em seu núcleo, interliga-se com setores a montante, que fornecem insumos, máquinas e implementos e financiamento, e com setores a jusante, responsáveis pelo processamento (como as indústrias de alimentos e do fumo) e pela distribuição da produção agropecuária. O peso total desse sistema econômico pode chegar a quase um terço do PIB (Documentos FEE, n. 55).

Ao impactar, direta e indiretamente, parcela tão significativa do PIB, o desempenho da agropecuária torna-se decisivo na explicação da evolução da economia do Estado. Os dados da tabela mostram que, nos últimos 11 anos, em 10 deles vigorou a máxima de que, quando o produto da agropecuária gaúcha cresce acima da taxa do PIB gaúcho, o PIB do Estado cresce acima do PIB brasileiro, e, quando ocorre o contrário, o PIB do RS expande-se menos que o nacional. A relação pode ser vista tanto em anos em que a agropecuária do Rio Grande do Sul apresentou taxas positivas (como os anos de 2001, 2003, 2006, 2007, 2009, 2010 e 2011), quanto em anos em que o setor decresceu (2002, 2004, 2005 e 2008). O único ano da série em que a relação não é encontrada é 2009, ano atípico em função da crise internacional, que afetou de forma mais direta a indústria.

O ano de 2011 foi típico do acima exposto. O forte crescimento da agropecuária gerou efeitos positivos sobre atividades ligadas ao complexo agroindustrial, como as de alimentos, as do fumo e as de máquinas agrícolas. Também impactou positivamente o comércio e o setor de transportes e armazenagem, setores estes também vinculados ao desempenho da agropecuária.

De modo geral, os desempenhos da indústria e dos serviços do Estado tendem a acompanhar mais de perto os respectivos desempenhos no âmbito nacional. A agricultura gaúcha, por outro lado, possui dinâmica mais própria, dado o efeito

que o clima tem sobre sua produção. Periodicamente, problemas climáticos afetam principalmente as lavouras de verão (em que se sobressaem as culturas do arroz, do fumo, do milho e da soja), aumentando a volatilidade da produção gaúcha de grãos. De 2001 a 2011, houve quatro quedas de produção no Setor Primário, todas elas explicadas por estiagens mais, ou menos, intensas. Em resumo, as oscilações na trajetória da agricultura (as taxas de crescimento da pecuária são mais estáveis) acabam por determinar as oscilações do PIB estadual em torno da média nacional.

A análise dos dados mostra também que a perda de participação da economia do Rio Grande do Sul na do Brasil, nos últimos anos, concentrou-se em 2004 e 2005. De 2006 em diante, o peso do Estado na economia brasileira mantém-se praticamente estável. As respectivas quedas de 10,6% e de 17,4% na agropecuária gaúcha, nos anos de 2004 e 2005, afetaram negativamente toda a economia, fazendo com que o crescimento do PIB estadual fosse menor que o nacional nos dois anos. Duas estiagens sucessivas tiveram como consequência a redução de 0,6 ponto percentual na participação do Estado na economia nacional.

Taxas de crescimento da agropecuária e do PIB do RS e do PIB do Brasil e participação do RS na economia do Brasil — 2001-11

ANOS	AGROPECUÁRIA-RS	PIB-RS	PIB-BRASIL	PARTICIPAÇÃO DO PIB-RS NO PIB-BRASIL (%)
2001	13,1	2,0	1,3	7,1
2002	-3,5	1,7	2,7	7,1
2003	16,4	1,6	1,1	7,3
2004	-10,6	3,3	5,7	7,1
2005	-17,4	-2,8	3,2	6,7
2006	50,1	4,7	4,0	6,6
2007	12,7	6,5	6,1	6,6
2008	-5,3	2,7	5,2	6,6
2009	2,9	-0,4	-0,3	6,7
2010	7,9	7,8	7,5	6,5
2011	18,8	5,7	2,9	6,7

FONTE: FEE.
IBGE.

Regionalização e caracterização da pobreza no Estado

Em novembro deste ano, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os resultados definitivos do **Censo Demográfico 2010**. Com a utilização desses dados e a definição de pobreza extrema adotada pelo Governo Federal — a população residente em domicílios particulares permanentes com rendimento mensal domiciliar *per capita* de até R\$ 70,00 —, procurou-se examinar a dispersão espacial da pobreza extrema no RS. No Estado, cerca de 198.000 pessoas vivem nessa situação, o que representa aproximadamente 1,9% da população gaúcha. Essa proporção de extremamente pobres, no entanto, é bastante diversa entre os municípios. O líder no *ranking* de pobreza, em termos percentuais, é o Município de Redentora, com 23,45% da população em situação de pobreza extrema. Outra disparidade importante diz respeito à desigualdade entre as proporções de extremamente pobres que vivem em zonas rurais e urbanas. Enquanto, na população urbana, observa-se 1,4% das pessoas nessa situação, na zona rural essa proporção é de 4,7%.

Com o objetivo de analisar a multidimensionalidade da pobreza, utiliza-se a técnica de análise de *cluster*, que permite agrupar municípios com características semelhantes. Os *clusters* são construídos agrupando-se informações municipais dos seguintes indicadores: percentual de extremamente pobres, percentual da população rural extremamente pobre, taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais, taxa de mortalidade infantil, rendimento médio *per capita* e percentual de domicílios com condições inadequadas de saneamento (aqueles que não têm nem abastecimento de água por rede geral, nem esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e nem coleta de lixo direta ou indireta).

Com as informações citadas, foram definidos três *clusters* de municípios para o Rio Grande do Sul. O *cluster* 1 reúne os municípios com melhores médias para todos os indicadores, seguido pelo 2, com valores intermediários, e, por fim, pelo *cluster* 3, com as piores médias. Em geral, municípios com um alto desempenho em um indicador tendem a ter alto desempenho nos demais, assim como os intermediários e os de desempenho baixo. Outro resultado importante é a associação dos piores indicadores com a porcentagem de extremamente pobres da população rural.

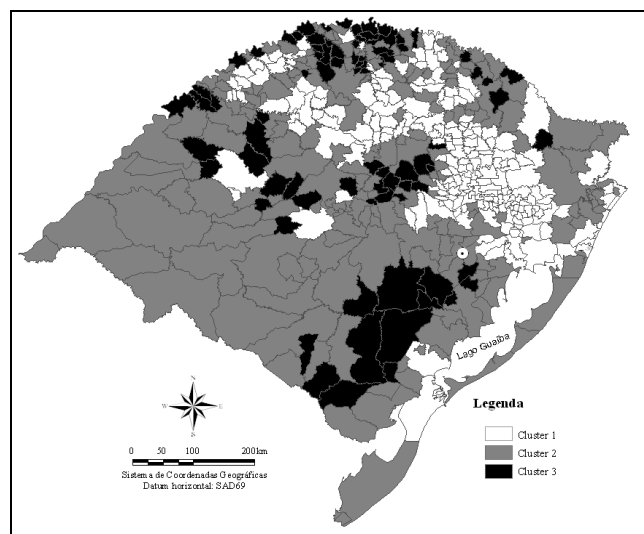
No mapa, pode-se visualizar um padrão regional para os *clusters*. Percebe-se que os municípios pertencentes ao *cluster* 1 (indicadores de alto desempenho) se encontram principalmente na Região Metropolitana de Porto Alegre e na Serra, bem como na região de Cruz Alta e Passo Fundo. Além dessas

regiões, encontram-se nesse grupo alguns municípios que são polos regionais, como Pelotas, Rio Grande, Santa Maria e Santa Rosa.

Com relação ao *cluster* 2 (indicadores intermediários), verifica-se que grande parte dos seus municípios está localizada na região sudoeste, mais especificamente na região da Campanha, e na região central do Estado. Já os municípios pertencentes ao *cluster* 3 (indicadores de baixo desempenho) encontram-se principalmente no extremo norte e em alguns municípios do sul do Estado. Na região norte e pertencente a esse grupo, por exemplo, encontra-se o Município de Redentora, que, como dito anteriormente, tem a maior proporção de população em pobreza extrema do Estado. Como parte desse grupo, encontra-se, na região sul, o Município de Canguçu.

Como visto nos dados, existe, em média, uma relação forte entre municípios com altos percentuais de população abaixo da linha de pobreza, baixa educação e condições de saúde e de saneamento precárias. Essa regionalização é um exercício importante para subsidiar políticas públicas.

Distribuição dos municípios, por *clusters*, no Rio Grande do Sul — 2010



FONTE: FEE/CIE.

Média e desvio-padrão de indicadores socioeconômicos selecionados, por *clusters*, no Rio Grande do Sul — 2010

CLUSTERS	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (1) (por 1 000)		RENDIMENTO MÉDIO <i>PER CAPITA</i> (R\$)		POBRES NA ZONA RURAL (%)		POBRES (%)		TAXA DE ANALFABETISMO (%)		DOMICÍLIOS INADEQUADOS (%)	
	Média	Desvio-Padrão	Média	Desvio-Padrão	Média	Desvio-Padrão	Média	Desvio-Padrão	Média	Desvio-Padrão	Média	Desvio-Padrão
1	9,6	5,78	782,15	121,93	1,3	1,5	0,9	0,8	4,0	1,5	3,4	4,3
2	13,6	6,63	574,44	83,69	4,4	2,4	3,3	1,4	7,7	2,2	10,5	7,9
3	15,4	7,62	471,27	83,29	12,2	4,7	8,8	3,2	11,2	2,5	25,5	16,5

FONTE: Censo Demográfico 2010. DATASUS.

(1) Média dos últimos cinco anos.

Marcos Vinício Wink Junior
Economista, Pesquisador da FEE

Desempenho do mercado de trabalho na RMPA, em 2011

O período jan.-nov./11 foi favorável para o mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), quando comparado com o mesmo período de 2010. Segundo os dados levantados pela PED-RMPA, esse resultado deveu-se ao aumento do número de postos de trabalho na Região, que determinou a queda da taxa de desemprego, que passou de 8,9% para 7,5% no período em análise, sendo a menor taxa registrada para esse período em toda a série da Pesquisa. O número médio de desempregados reduziu-se em 26 mil indivíduos, em decorrência da geração de 58 mil ocupações, que superou o ingresso de 32 mil trabalhadores na força de trabalho metropolitana.

Em todos os setores de atividade econômica, houve aumento do número de ocupados, cabendo destacar o desempe-

nhos observado no setor serviços, que teve uma ampliação de 24 mil no contingente de ocupados, na indústria de transformação, com 17 mil, e na construção civil, com 12 mil. No comércio, o aumento verificado foi menor (2 mil).

Apesar do recrudescimento da crise global e da desaceleração verificada nas economias brasileira e gaúcha, nos últimos trimestres, o mercado de trabalho da RMPA, em termos médios, teve um ano bem-sucedido. Foram criados postos de trabalho, atingiu-se a menor taxa de desemprego da série histórica da Pesquisa, e o rendimento médio dos ocupados apresentou variação positiva.

Estimativas dos principais indicadores do mercado de trabalho na RMPA — jan.-nov./10 e jan.-nov./11

INDICADORES	ESTIMATIVAS (1 000 pessoas)		VARIÇÃO ABSOLUTA	VARIÇÃO RELATIVA (%)
	Jan.-Nov./10	Jan.-Nov./11		
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	2 026	2 058	32	1,6
Ocupados (1)	1 846	1 904	58	3,1
Indústria	310	327	17	5,5
Comércio	309	311	2	0,6
Serviços	1 010	1 034	24	2,4
Construção civil	108	120	12	11,1
Taxa de desemprego (%)	8,9	7,5	-	-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) O contingente total de ocupados inclui outros setores.

André Luiz Leite Chaves
Economista, Pesquisador da FEE

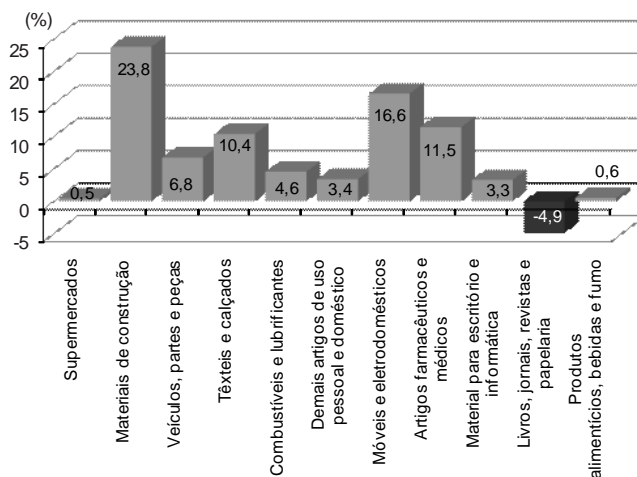
Desempenho do comércio gaúcho em 2011

O Valor Adicionado Bruto (VAB) do comércio no Rio Grande do Sul apresentou um crescimento acima da média da economia em 2011. No ano, registrou variação de 7,7%, conforme estimativa preliminar da FEE para o desempenho da economia do Estado. Comparativamente, o crescimento do PIB estadual foi de 5,7%.

Analisando-se detalhadamente a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC-IBGE), principal fonte para elaboração dos índices da atividade, percebe-se que o comércio foi fortemente influenciado pelas subatividades materiais de construção (com expansão de 23,8%) e móveis e eletrodomésticos (16,6%). Essas atividades estão intrinsecamente associadas ao crescimento da construção civil, que permanece elevado no RS. Outros fatores, como os aumentos da massa salarial e do crédito ao consumidor, também ajudam a entender o maior crescimento dessas atividades em relação às demais.

Como exercício, uma simulação envolvendo o comércio sem essas duas atividades revelou que o crescimento total seria de 5,1%, ou seja, 2,6 pontos percentuais a menos. Além das altas taxas de crescimento, tanto materiais de construção como móveis e eletrodomésticos são segmentos bastante importantes na estrutura do comércio gaúcho, sendo responsáveis, respectivamente, por 9,6% e 3,8% do VAB dessa atividade.

Desempenho do comércio varejista e de suas subatividades no Rio Grande do Sul — 2011



FONTE: FEE/NCR.

Jéfferson Colombo
Economista, Pesquisador da FEE

Carta de Conjuntura - Ano 21 nº 01

Tabela 1

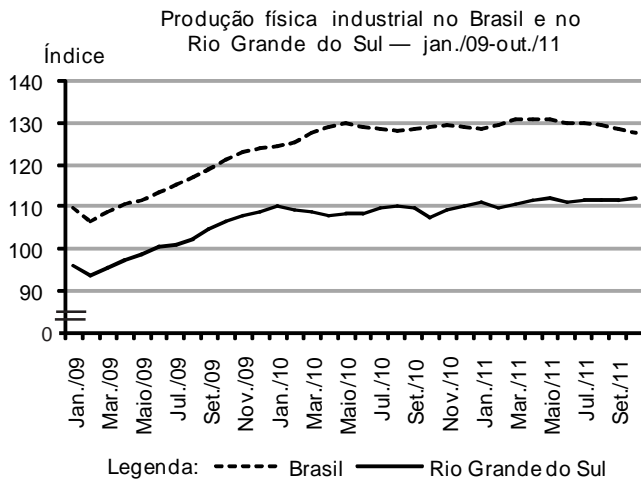
Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — jun.-nov./11

MESES	IPCA			IGP-M		
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses
	(%)					
Jun./11	0,15	3,87	6,71	-0,18	3,15	8,64
Jul./11	0,16	4,04	6,87	-0,12	3,02	8,35
Ago./11	0,37	4,42	7,23	0,44	3,48	8,00
Set./11	0,53	4,97	7,31	0,65	4,15	7,46
Out./11	0,43	5,43	6,97	0,53	4,70	6,95
Nov./11	0,52	5,97	6,64	0,50	5,22	5,95

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

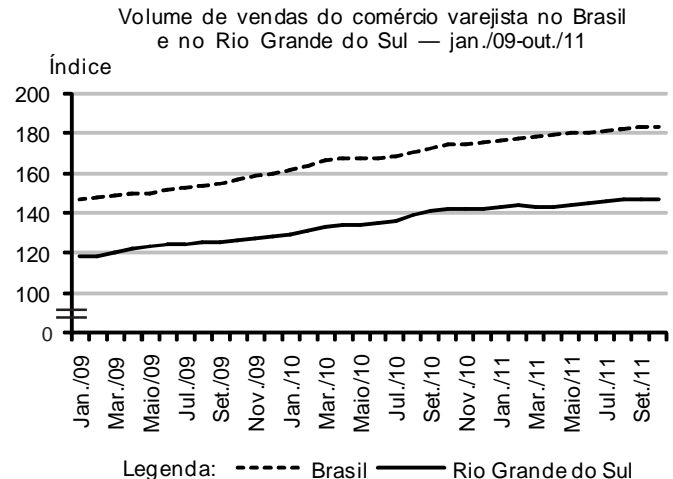


FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Gráfico 2



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2003 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — jun.-nov./11

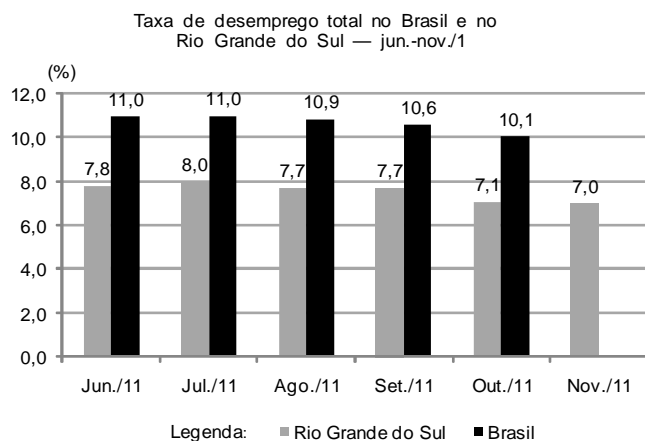
INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Jun./11	Jul./11	Ago./11	Set./11	Out./11	Nov./11		
Taxa de câmbio (US\$) (2)	1,59	1,56	1,60	1,75	1,77	1,79	1,66	1,66
Taxa de câmbio efetiva real (3)	70,2	69,4	70,5	74,7	75,1	75,2	72,3	72,3
Taxa básica de juros (% a.a.) (4)	12,25	12,50	12,50	12,00	11,50	11,50	11,86	11,77
Superávit primário (% do PIB)	-3,8	-4,1	-1,3	-2,4	-3,91	-	-3,5	-3,3
Balança comercial (US\$ milhões)	4 429	3 134	3 873	3 074	2 355	583	25 972	31 331
Exportações (US\$ milhões)	23 689	22 252	26 159	23 285	22 140	21 773	233 912	254 830
Importações (US\$ milhões)	-19 260	-19 118	-22 286	-20 212	-19 785	-21 191	-207 940	-223 499
Transações correntes (US\$ milhões)	-3 290	-3 493	-4 863	-2 200	-3 109	-6 803	-45 831	-49 330

FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média de período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

Carta de Conjuntura - Ano 21 nº 01

Gráfico 3

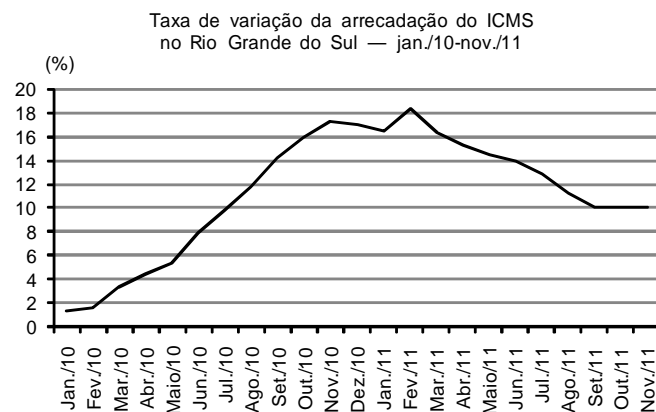


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal.

2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.
NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

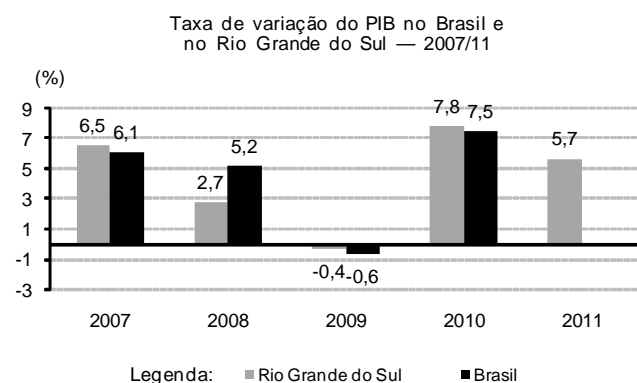
Tabela 3

Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — jun.-nov./11

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Jun./11	9 261	118 304	7,8	29,7	32,6	8,3	1,7	19,8	30,6
Jul./11	11 046	140 555	7,9	26,7	31,5	5,5	1,5	20,1	29,6
Ago./11	12 908	166 714	7,7	27,9	32,2	7,0	2,9	19,5	28,4
Set./11	14 990	189 999	7,9	30,0	31,1	9,2	3,2	19,1	27,1
Out./11	16 698	212 139	7,9	28,9	29,9	9,4	3,4	17,8	25,6
Nov./11	18 063	233 912	7,7	28,0	29,2	9,9	3,3	16,5	25,0

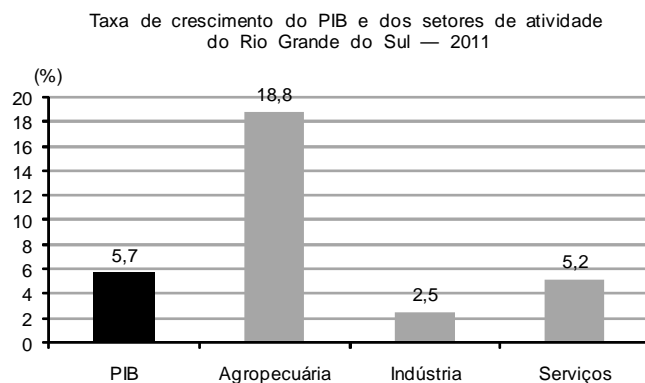
FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5



FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NIS.

Gráfico 6



FONTE: FEE/CIE/NIS.

Os números da agricultura familiar

Com base na definição de agricultura familiar adotada pelo Governo Federal para executar ações de políticas públicas, o Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) elaboraram as estatísticas desse segmento produtivo a partir do **Censo Agropecuário de 2006**. O resultado estatístico levado a efeito pelas duas instituições contribuiu para animar a discussão sobre o lugar e a inserção desses agricultores na sociedade brasileira. No caso sul-rio-grandense, os dados indicam que, nesse ano censitário, mais de 85% dos estabelecimentos agropecuários eram de agricultores familiares, nos quais se

encontravam ocupadas quase um milhão de pessoas, em uma área de terras limitada a 30,6% da área agrícola estadual. O valor da produção desses agricultores representou 54% do valor de produção da agropecuária gaúcha, e a receita que eles obtiveram com a venda de seus produtos alcançou R\$ 6,9 bilhões, ou quase 50% da receita gerada nos estabelecimentos agropecuários do Estado.

Esses dados, estatisticamente discriminados pela primeira vez, vêm fortalecer a ideia disseminada entre os estudiosos do tema sobre a importância do papel socioeconômico da agricultura familiar gaúcha.

Características dos estabelecimentos agropecuários, de acordo com a classificação de agricultura familiar (Lei 11.326), no Rio Grande do Sul — 2006

CARACTERÍSTICAS	AGRICULTURA FAMILIAR		AGRICULTURA NÃO FAMILIAR	
	Números Absolutos	Porcentagem em Relação ao Total do RS	Números Absolutos	Porcentagem em Relação ao Total do RS
Número de estabelecimentos	378 546	85,7	62 921	14,3
Área (milhões de ha)	6,1	30,6	14,0	69,4
Pessoal ocupado	992 088	80,5	239 732	19,5
Valor da produção (R\$ bilhões)	9,0	54,0	7,7	46,0
Receita (R\$ bilhões)	6,9	49,6	7,0	50,4

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE/Censo Agropecuário de 2006/Agricultura Familiar — primeiros resultados.

Marinês Zandavali Grando
Economista, Pesquisadora da FEE

As contas gaúchas apresentam sinais preocupantes

A execução do orçamento da Administração Pública Estadual consolidada (Direta e Indireta) tem sido difícil. Nos últimos anos, a receita consolidada (a preços de dezembro de 2011) cresceu, ajudada tanto pelo desempenho da economia quanto pelas medidas tributárias da Secretaria da Fazenda, tais como a fiscalização eletrônica e a prática de substituição tributária. A receita passou de R\$ 29 bilhões em 2008 para R\$ 33,3 bilhões em 2009 e para R\$ 38,3 bilhões em 2010. A despesa consolidada também aumentou de R\$ 28,4 bilhões em 2008 para R\$ 33,3 bilhões em 2009 e, finalmente, para R\$ 38,5 bilhões em 2010. Em consequência, a situação das contas foi superavitária até o ano de 2009.

Porém os resultados orçamentários pioraram desde então, com déficits de R\$ 1,3 bilhão e de R\$ 732 milhões no acumulado de janeiro a novembro de 2010 e 2011 respectivamente. Essa situação financeira apresenta, pelo menos, dois desafios: o primeiro deles é manter a arrecadação do ICMS superior à do ano anterior, como foi de julho até novembro de 2011; o segundo é dar continuidade ao processo de ajuste verificado nos anos anteriores, adequando as despesas aos níveis das receitas, para minimizar o atual déficit público.

Evolução do resultado da execução do orçamento da Administração Pública Estadual consolidada do Rio Grande do Sul — 2008-11

(R\$ milhões)

PERÍODOS	RECEITA CONSOLIDADA (A)	DESPESA CONSOLIDADA (B)	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (A -B)
2008	28 964	28 418	546
2009	33 309	33 299	10
2010	38 252	38 502	-250
2010 (jan.-nov.)	33 560	34 813	-1 253
2011 (jan.-nov.)	31 790	32 522	-732

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS/Contadoria e Auditoria Geral do Estado/Divisão de Informações Legais e Gerenciais/Sistema AFE.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI-FGV para dezembro de 2011.

Alfredo Meneghetti Neto
Economista, Pesquisador da FEE

A China no comércio externo brasileiro

No período recente, a China tem-se destacado internacionalmente pela pujança de sua economia e pela invasão de seus produtos no mundo inteiro. Enquanto a Europa, o Japão e os Estados Unidos enfrentam inúmeros percalços, a China mantém-se puxando o crescimento mundial. Na esteira do dinamismo asiático, vem o Brasil, sendo influenciado pela dinâmica chinesa.

Setores como o coureiro-calçadista, o têxtil e mesmo a indústria automobilística precisam enfrentar a dura batalha de ter de competir com o custo da mão de obra chinesa e com sua taxa de câmbio competitiva. No Rio Grande do Sul, o Vale do Rio dos Sinos sofre há anos com a concorrência externa, de modo que algumas empresas, no limite, renderam-se e migraram para o gigante asiático.

Os agentes industriais apontam as suas dificuldades competitivas. Os custos trabalhistas efetivos nas indústrias manufatureiras chinesas correspondem a, aproximadamente, 16% dos vigentes na indústria brasileira. Especificamente nas indústrias têxteis e calçadistas, a proporção fica em 13,8% e 35,4% respectivamente (OIT). No que toca à taxa de câmbio, o real é uma das moedas mais sobrevalorizadas do mundo, e o *yuan renmimbi* é umas das mais subvalorizadas.

Em decorrência da competitividade chinesa, as importações brasileiras oriundas da China aumentam ano a ano desde 2000, com a exceção de 2009, devido aos impactos da crise internacional sobre a taxa de câmbio brasileira. Os principais produtos importados da China são aqueles de maior teor tecnológico, tais como materiais eletrônicos para televisores, microcomputadores, telefones e aparelhos de ar condicionado, automóveis, pneus, motocicletas e celulares.

Em decorrência dessa configuração, o Brasil vem exercendo seu peso político institucional para contestar a inserção chinesa no mundo, impondo tarifas aos calçados, aos automóveis, aos brinquedos e mesmo aos produtos de menor valor, como escovas de cabelo e óculos. Para 2012, estão previstas também políticas de proteção ao setor têxtil. Há que destacar, entretanto, que, face à competitividade chinesa, tais medidas são paliativas. Salutar é a pressão política brasileira, que se juntou ao coro de países desenvolvidos, ao pressionar a China para valorizar sua taxa de câmbio. Essa articulação política deve ser intensificada. A relevante variação na taxa de câmbio chinesa desde 2005, entretanto, não foi suficiente para que a indústria brasileira conseguisse se proteger.

A despeito das sabidas dificuldades competitivas que os produtos chineses têm gerado sobre a indústria mundo afora, os ganhos para o Brasil não podem ser negligenciados, ainda que as exportações para aquele país sejam compostas majori-

tariamente por *commodities*. Destacam-se minério de ferro, soja, óleo de soja e petróleo, que, em 2011, responderam por mais de 80% das exportações (acumulado até novembro). Há que salientar, ainda, a oportunidade de comércio para os suínocultores, que comemoram a recente abertura chinesa ao produto, após cinco anos de negociações, fator que promete impulsionar esse segmento.

Sob esse desempenho, a China tornou-se o principal comprador do Brasil no ano de 2009. Em 2011, a China respondeu por 17,3% das exportações brasileiras, enquanto os Estados Unidos representaram 10,0%, e a Argentina, 8,9% (MDIC). As exportações para a China superaram não apenas os embarques aos Estados Unidos, mas também ao Mercosul como um todo. As compras chinesas quase se equivalem às dos Estados Unidos e da Argentina juntos. Tal desempenho faz a China representar 38,7% do saldo comercial brasileiro no período.

Sabidamente, esses produtos possuem encadeamentos menores do que os produtos acabados, tendo, assim, seus impactos mais restritos à geração de emprego e à multiplicação da renda para outros setores. De toda a sorte, as exportações de manufaturados e semimanufaturados para a China cresceram em termos nominais nos últimos anos. Contudo, o crescimento dos produtos básicos efetivou-se em termos nominais e relativos, aumentando sua participação na pauta de exportação para esse país.

Face aos conflitos concernentes à relação com a China, a política industrial brasileira deverá persistir na proteção dos setores mais prejudicados, assim como continuar utilizando a pressão política nas reuniões internacionais. De todo modo, há a necessidade de adaptação à nova realidade. Longe de se saudar, aqui, a chamada especialização exportadora em torno das *commodities*, trata-se de ampliar a consciência de que as cartas estão dadas, o jogo está em marcha e as regras são em mandarim. E àquele país importam, por hora, sobretudo produtos primários.

Todavia, há sinais de mudança. Vislumbra-se no horizonte uma maior apreciação do *yuan*, fato que, de um lado, encarece os produtos chineses no Brasil e, de outro, torna os produtos brasileiros mais baratos na China. Esse movimento traria ganhos à China, ao permitir maior consumo à população local, através do aumento real dos salários. Naturalmente, os rebatimentos desse eventual movimento poderão ampliar a gama de produtos exportados para a China. Nesse interregno, cabe ao Brasil observar o lado positivo da inserção chinesa nas exportações de produtos primários e manter a pressão para que a valorização cambial se acelere. Mesmo em um cenário de inércia, há ganhos ao Brasil.

Comércio externo brasileiro com a China e saldo comercial total do Brasil em anos selecionados

ANOS	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO (Brasil-China)	SALDO DA BALANÇA COMERCIAL
2000	1 085 301 597	1 222 098 317	-136 796 720	-731 743 273
2003	4 533 363 162	2 147 801 000	2 385 562 162	24 877 655 445
2006	8 402 368 827	7 990 448 434	411 920 393	46 456 628 726
2008	16 522 652 160	20 044 460 592	-3 521 808 432	24 957 675 295
2011	44 314 595 336	32 788 424 507	11 526 170 829	29 796 165 861

FONTE: Sistema Aliceweb. Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

Primeira etapa do bônus demográfico deve terminar em torno de 2015

Existem quatro componentes demográficos que podem provocar a mudança no número de pessoas em uma região: nascimentos, óbitos, emigração e imigração. Projetando-os, a partir do **Censo Demográfico 2010**, é possível estimar a população futura do RS. Dentre esses componentes, emigração e imigração (que, juntos, formam o saldo migratório) são os mais difíceis de projetar, pois estão atrelados, principalmente, ao desempenho econômico futuro do Estado e do Brasil.

Adotando-se, inicialmente, a hipótese de que o RS terá saldo migratório nulo nos próximos anos (cabe ressaltar que o Estado possui um retrospecto histórico com saldo negativo, mas esse valor se reduziu nas últimas décadas), podem ser projetadas, com razoável precisão, as variações de nascimentos e óbitos do Estado (que, juntos, formam o crescimento vegetativo). As projeções populacionais para esses componentes indicam que o ápice da população gaúcha deve ser entre 2025 (atingindo 11,04 milhões de habitantes) e 2035 (atingindo 11,62 milhões de habitantes). Após esse período, a população deve começar a diminuir.

Essa inversão da tendência populacional do RS deve-se, principalmente, ao fato de a taxa de fecundidade total (número médio de filhos por mulher ao longo de toda sua vida) estar abaixo de dois atualmente (em torno de 1,75). Ou seja, se cada casal tem menos de dois filhos em média, então a população não está se repondo e, em breve, começará a se reduzir. Essa taxa, que já é baixa hoje, deve diminuir ainda mais nos próximos anos — transição que já vem ocorrendo há mais tempo em países desenvolvidos. Assim, o Estado já possui hoje uma pirâmide etária com a base (faixas de idade de 0 a 9 anos) mais estreita que as faixas imediatamente superiores (faixas de idade de 10 a 29 anos).

A diminuição do número de jovens (população com até 14 anos) não causa, instantaneamente, grandes impactos demográficos na população, porém causará logo adiante: quando esses jovens chegarem à idade potencialmente ativa (15 a 64 anos), serão eles que irão representar a força de trabalho. O contingente de pessoas nessa idade deve atingir seu máximo ao redor de 2020, passando a diminuir nos anos posteriores.

Simultaneamente, a população de idosos vem crescendo substancialmente. As pessoas com 65 anos ou mais representavam 3,7% da população total do Estado em 1970, enquanto, em 2010, já correspondiam a 9,3%. E os cenários futuros apenas seguem essa tendência: em 2030, eles representarão em torno de 17,3% da população e, em 2050, em torno de 24,8%.

O impacto dessas transições demográficas reflete-se na razão de dependência do Estado, indicador que representa a razão do número de pessoas em idade inativa (jovens e idosos) pelo número de pessoas em idade potencialmente ativa. O **Censo Demográfico 2010** apresentou esse indicador equivalente a 43,2% para o RS, ou seja, para cada 100 pessoas em idade potencial para trabalhar, havia 43,2 pessoas em idade de não trabalhar.

A razão de dependência diz respeito à contribuição oferecida pela demografia ao desenvolvimento econômico do Estado. Quando essa razão está diminuindo (processo que se iniciou, no RS, na década de 60), têm-se a primeira etapa do bônus demográfico. Com boa precisão, em torno de 2015, essa etapa deve terminar, com a razão de dependência atingindo um mínimo em torno de 41,8%. A segunda etapa do bônus (quando a razão de dependência está abaixo de 50%) teve início em 2000, e essa deve prolongar-se por mais tempo, terminando entre 2030 e 2040.

Cabe ressaltar que os cenários futuros projetados não levam em consideração possíveis mudanças no saldo migratório — por exemplo, o Estado pode, nas próximas décadas, passar a atrair, significativamente, imigrantes de outros estados ou países —, e também outras, até agora inimagináveis, modificações sociais, como um possível incentivo à natalidade em anos mais longínquos. Quanto à razão de dependência, prováveis alterações legislativas que façam as pessoas trabalharem por mais tempo (modificando a faixa etária que abrange a população em idade potencialmente ativa) também poderiam resultar em um adiamento do término das etapas do bônus demográfico.

Cenários populacionais futuros no Rio Grande do Sul — 2010-2050

DISCRIMINAÇÃO	2010 (1)	2015	2020	2025	2030	2035	2040	2045	2050
População no cenário 1 (milhões)	10,69	10,92	11,02	11,04	10,97	10,82	10,57	10,25	9,87
População no cenário 2 (milhões)	10,69	11,01	11,29	11,49	11,60	11,62	11,55	11,40	11,20
Razão de dependência no cenário 1 (%)	43,2	41,1	41,7	44,1	46,4	48,7	50,3	53,0	57,7
Razão de dependência no cenário 2 (%)	43,2	42,2	44,7	49,1	52,0	53,7	54,7	57,0	61,3

FONTE: FEE/CIE/NISA.

NOTA: No cenário 1, a inversão populacional ocorre em 2025; no cenário 2, em 2035.

(1) Dados do Censo Demográfico 2010.

Pedro Tonon Zuanazzi
Estatístico, Pesquisador da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 05.01.12).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

Tiragem: 250 exemplares.

 **Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti
Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer
Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

Conselho Editorial da Carta: André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

Editoração: Maria Inácia Flor Reinaldo e Susana Kerschner (revisão), Jadir Vieira Espinosa e Rejane Maria Bondanza Lopes (diagramação).

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br